

# Ex-secretário reafirma críticas a Pompeu

O jornalista José Carlos de Andrade reafirmou, ontem, em entrevista ao **CORREIO**, ter desistido da função de titular da Secretaria de Cultura, organismo que poderá nascer do desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura, "exclusivamente por não ter poder jurídico para geri-la".

Escolhido para o cargo há 10 dias, pelo governador José Aparecido, ele viu seu nome questionado, com virulência, por significativos setores da vida artística brasileira. Ele garante, porém, que não renunciou por causa disso.

A pressão dos artistas não me incomodou. Afinal, discordo da tese deles, que é contrária ao desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura. Neste momento, continuo convicto de que o desmembramento é importante, pois ele dá status à área cultural, colocando-a na mesa do poder. Com uma Secretaria de Cultura será possível lutar e obter meios para atender às cidades-satélites, que estão abandonadas. Entendo que o novo secretário de Cultura deve deixar o Plano Piloto.

A gota d'água, garante Andrade, foi "a atitude do secretário Pompeu de Souza, que tomou iniciativa de nomear pessoas para áreas importantes da futura Secretaria de Cultura, sem me consultar".

Entendo que, tendo sido escolhido pelo governador José Aparecido para a Secretaria de Cultura, o secretário de Educação teria que tomar decisões das quais eu participasse. Mas não, ele tomou medidas à minha revelia. Não discuto nomes. Aliás, nem conhecia o senhor Raul Molina, que dirigia o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, e que foi substituído pelo senhor Walter Mello. O que tenho a dizer é que o secretário de Educação, sabendo que o referido Departamento iria para a Secretaria de Cultura, foi aéreo, ao tomar a decisão sem me ouvir.

**Mas você não acha que o desmembramento da SEC é uma tentativa de esvaziar a ação do secretário Pompeu de Souza?**

— Isto não é problema meu, mas sim do governador. Com esta atitude, o secretário de Educação não atingiu ao governador, mas a mim.

**Você já foi convidado para novo posto no Governo do DF?**

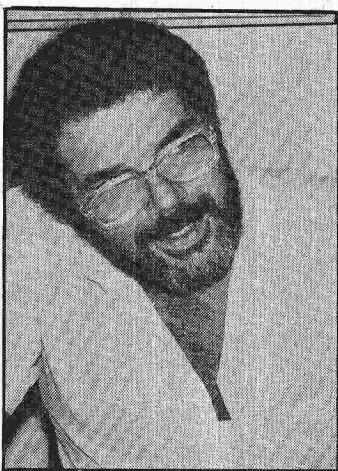
— Não. Retorno à minha atividade profissional: o jornalismo.

**Você volta a editar a revista Brasil, da Fundação Cabo Frio/Itamarati?**

— Não. Já abri mão de minha função, entregando-a ao embaixador Paulo de Tarso.

**Você acha que se desgastou, politicamente, nestes dez dias?**

— Não. Um homem só se desgasta quando perde a honra e a dignidade. Não me desgastei, nem tenho ressentimentos.



Andrade: pivô da rebelião

**Mas você admite que foi um erro aceitar uma Secretaria com a qual você não tinha familiaridade?**

— Não. Esta posição parte de um preconceito e de uma indisposição gratuita. Se eu fosse um obstetra e assumisse a Secretaria de Cultura, admito que poderia gerar dúvida quanto à minha ação. Mas sendo um jornalista, que atuou, em grande parte do tempo, como chefe de redação, esta idéia não procede. Afinal, um chefe de redação tem contato permanente com todas as áreas. Não sou um técnico. E por todos sabido que um jornalista é um especialista em assuntos gerais. Ele tem uma visão ampla de todos os setores, sem elitismo. Até 15 de março último, a cultura era tratada pela elite e para a elite. Por isto, defendo que, doravante, a atenção da área deve voltar-se, primordialmente, para as cidades-satélites.

**Nestes dez dias de trabalho, mesmo sem a concretização legal da Secretaria, você fez planos?**

— Fiz. Eu ia criar centros culturais de peso em todas as cidades-satélites. Seriam estruturas físicas da melhor qualidade, geridas pelos artistas das próprias satélites. Cheguei a contatar a Maria Elisa Costa, filha do Lúcio Costa, para concretizar este projeto. No Parque da Cidade, já havia buscado um prédio de seis salas, que transformado em casa dos guardas, para servir como espaço de ensaios de atores e oficinas para atuação de pintores, e outros artistas.

**De onde viriam os recursos para a construção dos Centros Culturais das satélites, se sabemos que os orçamentos são pequenos?**

— Sei que o orçamento não iria facilitar minha tarefa, pois ele já foi quase que totalmente consumido, além de ser muito reduzido. Mas eu tenho bons contatos nos meios empresariais, e sei que grandes empresários aceitariam, em troca de uma placa com o nome de sua firma, doar recursos para erguer tais centros.

**Você parte agora, para a disputa de um cargo político?**

— Não. Não tenho ambição política, não tenho projeto imediato. Só a longo prazo. Estava disposto a desenvolver um trabalho sério na SC, que foi minha primeira função político-administrativa. Nunca tive atividade político-partidária. Em momento algum pensei usar a SC para cabalar voto.

**Há alguma coisa na sua carta que você gostaria de revelar, agora?**

— Não. O **CORREIO** já disse o essencial, pois minha carta só tem oito linhas. Não quero divulgá-la, na íntegra, pois encaminhei-a ao governador, e acho indelicado divulgá-la.

**Como você viu a indicação de Vera Pinheiro como sua sucessora? Ela enfrentará os mesmos problemas que você?**

— Estou informado que é uma pessoa muito capacitada, do ramo das artes. Suponho que ela será bem recebida pelo Luís Humberto, porque tem uma atividade cultural intensa, ao contrário do meu nome, que enfrentou resistências por eu não ser um homem com a vivência no movimento cultural da cidade como eles gostariam. Só que ela é casada com o Israel Pinheiro, do PFL, o que pode criar dificuldades pelo lado do Pompeu, que é do PMDB. Não sei se ele vai aceitar, ele é o dono da secretaria até a data da aprovação da lei no Congresso.

**Ela terá problemas com a "falta de poderes jurídicos" para gerir a secretaria, como você sentiu?**

— A falta de poder para administrar vem da falta da secretaria. Para que um secretário possa ser nomeado e empossado, precisa haver secretaria. O Luís Humberto se opôs a que eu, não estando empossado, quisesse administrar. E pelos meus cálculos, serão necessários ainda no mínimo 90 dias para a secretaria começar a funcionar, na medida que o Governador não quer usar a figura do decreto para a formalização da secretaria, na linha do que vem fazendo o presidente Sarney, que aboliu a imposição do decreto-lei. Então, o Governador terá que remeter uma exposição de motivos ao Presidente, que vai mandar para o ministério da área avaliar, o que deve levar uns 30 dias. Depois o pedido vai para a aprovação do Congresso, que vai entrar no período de Recesso no meio do ano, além dos 30 dias usuais para o exame da questão.

**Você se sentiu injustiçado com a rejeição ao seu nome?**

— Não exatamente injustiçado, mas achei que teria sido mais democrático se as pessoas falassem comigo antes de me julgar.

**Há alguma coisa em sua carta que você gostaria de revelar, agora?**

— Não, o **CORREIO** já disse o essencial, pois minha carta só tem oito linhas. Não quero divulgá-la, na íntegra, pois encaminhei-a ao Governador, e acho indelicado divulgá-la.